

FACULDADES OPET
CURSO DE DIREITO

**UMA BREVE COMPARAÇÃO ENTRE
A UNIÃO EUROPÉIA E O MERCOSUL**

CURITIBA
2010

RICARDO DE MEDEIROS MORES

**UMA BREVE COMPARAÇÃO ENTRE
A UNIÃO EUROPÉIA E O MERCOSUL**

Trabalho De Iniciação científica sobre Direito Internacional do curso de Direito da Faculdade Opet, ministrado pelo professor pós-doutor Alexandre Coutinho Pagliarini.

CURITIBA

2010

1 RESUMO

Busca-se nesse trabalho compreender os diferenciais históricos da origem, evolução e perspectivas futuras dos mercados comuns da Europa, comparados com o mercado comum da América latina de forma breve e suscinta.

Palavras Chave: Mercado, Integração, Evolução, Supranacionalidade, Sustentabilidade.

1 SOMMAIRE

Ce travail vise à comprendre les différences d'origine historique, évolution et perspectives d'avenir du marché commun de l'Europe, rapport avec le marché commun de l'Amérique Latine, dans une brève et succinte forme.

Nots Clés : Marché, Evoluton, Supranationalité, Durabilité.

SUMÁRIO

2 INTRODUÇÃO.....	05
3 CAPÍTULO 1 – A EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA.....	06
3.1 GUERRA FRIA – RENASCIMENTO DA EUROPA – 1950.....	07
3.2 TRATADO DE PARIS – CECA – 1951.....	08
3.3 TRATADO DE ROMA – CEE / EURATOM – 1957.....	10
3.4 O ATO ÚNICO EUROPEU – 1986.....	11
3.5 POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA PESC 1992.....	12
3.6 TRATADO DE MAASTRICHT – 1992.....	15
3.7 CARTA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA – 2000....	16
3.8 TRATADO DE LISBOA - 2009.....	19
4 CAPÍTULO 2 – A EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS.....	20
4.1 CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA 1948.....	22
4.2 TRATADO DE MONTEVIDÉU – ALALC 1960.....	23
4.3 ALADI – ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO 1980..	24
4.4 INTEGRAÇÃO BRASIL ARGENTINA – DECLARAÇÃO DE IGUAÇU 1985.....	26
4.5 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ECONÔMICA 1988.....	27
4.6 TRATADO DE ASSUNÇÃO E TRATADO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA 1991.....	28
4.7 PROTOCOLO DE OURO PRETO 1994.....	29
5 CAPÍTULO 3 - COMPARAÇÕES PONTUAIS ENTRE UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL.....	30
6 CONCLUSÃO.....	34
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

2 INTRODUÇÃO

O homem, enquanto ser pensante, sempre teve a curiosidade e a inquietação de desbravar novos horizontes, nunca contentando-se com o sedentarismo e sempre procurando desbravar novas fronteiras, novas conquistas, sempre almejando subjugar outros pares seus, para obter vantagem de alguma forma. Mas nem todos os homens são iguais. Aliás, cada homem é diferente, não há dois seres humanos iguais, o que há, sim, é uma identificação de grupos de homens com algumas idéias, uns mais conservadores outros mais arrojados, uns pacíficos outros belicosos, uns sedentários outros aventureiros.

Quando duas ou mais pessoas se reúnem em torno de um ideal parecido, há uma tendência de formar-se um grupo e assim, sucessivamente, grupo a grupo, vão formando-se os clãs, os povoados, as sociedades mais organizadas, cada um sendo o lobo do próprio homem, necessitando então de proteção. E o que gera a proteção mais efetiva é a união.

Dessa forma, com erros e acertos a humanidade evolui, experimentando e aprimorando formas de se proteger e se desenvolver, sempre com o objetivo de melhoria contínua e seguindo a lei do progresso, passo a passo, gradualmente.

O que vai ser estudado nessa breve pesquisa é o evoluir do desenvolvimento dos povos europeus no pós-guerra estreitando seus laços primeiramente econômicos e posteriormente um desenvolvimento cultural com afinidades interessantes, absorvidas e copiadas pelos povos americanos do sul da América.

3 A EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO EUROPÉIA

O século XX foi tragicamente marcado por guerras, por ideologias totalitaristas e posteriormente pela queda dessas ideologias. Somente após a segunda guerra com a aniquilação da economia europeia, esses povos decidiram unir-se pacificamente através de tratados internacionais, primeiramente com objetivos econômicos, com políticas de segurança comunitária, até chegarem a um novo paradigma, o conceito de supranacionalidade.

A carta dos direitos fundamentais da União Europeia, inicia seu preâmbulo assim: “Os povos da Europa, estabelecendo entre si uma união cada vez mais estreita, decidiram partilhar um futuro de paz, assente em valores comuns”(Carta dos Direitos Fundamentais da União Européia, JOCE, 2000).

Dá uma idéia da missão idealizada após anos de experimentação, erros e acertos ao que atualmente se denominam União Europeia (UE), que tem características muito peculiares e que desenvolveram a idéia de Supranacionalidade, conceito novo na história humana. Há aqui uma superação do pensamento humano totalitário, evoluindo para um pensamento comunitário, superando conceitos de nacionalidade e desenvolvendo sentimentos de multinacionalidade, respeito mútuo, interculturalidade, onde os diferentes tornam-se iguais e na sua desigualdade há ajuda mútua, protegendo-se dos efeitos da globalização.

É com base nesse sentimento que vamos concatenar as ideias para se compreender como e porque esses grupos formaram-se, desenvolveram-se e

tiveram sucesso na “utopia” de um mundo digno, justo e equilibrado, conforme o idealizado por Aldous Huxley, ao qual nós conhecemos como União Europeia.

3.1 GUERRA FRIA – RENASCIMENTO DA EUROPA – 1950

Foi a segunda grande guerra o estopim da bomba que transformou definitivamente o cenário europeu a partir da década de cinquenta, estabelecendo um novo divisor de águas na ordem mundial, estabelecida pela bipolaridade entre capitalismo e socialismo, liderados por Estados Unidos e União Soviética respectivamente.

A antiga ordem mundial baseava-se em uma divisão da Europa em quatro zonas de ocupação controladas por União Soviética, Inglaterra, Estados Unidos e França, e a evolução dessa nova ordem mundial vem com a falência do socialismo soviético e com a ascensão do socialismo pacífico desenvolvido na França e em Portugal, marcados pela simbologia da rosa vermelha, onde prospecta-se pacificação, prosperidade econômica, direitos humanos e respeito mútuo.

Surge então a nova ordem mundial simbolizada pela união dos povos europeus, e aqui sim começa um novo conceito, o conceito de união pacífica, impulsionados pela globalização, pelos respeito aos direitos humanos, pelo respeito às culturas diversas, pela idéia da supranacionalidade, pela superposição da nacionalidades, pela dupla nacionalidade, pela idéia utópica de “cidadãos do mundo”.

Mas como a tendência da ordem mundial é econômica, para ter-se a pacificação, torna-se necessário fortalecer a economia dos blocos, tanto internamente, quanto externamente com políticas de desenvolvimento tanto locais e comunitárias, quanto externamente a nível internacional.

3.2 TRATADO DE PARIS – CECA – 1951

O Tratado CECA – Comunidade Européia do Carvão e do Aço, assinado na França em 1951, congregava França, Alemanha, Itália e os países do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) em torno da introdução de uma livre circulação do carvão e do aço (base da indústria e do poderio destes países), bem como de bens de produção e política de segurança e de transparência dos negócios efetuados entre essas comunidades. Essa foi a base da União Europeia.

“O Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço foi assinado em Paris, em 18 de Abril de 1951, e entrou em vigor em 24 de Julho de 1952, com uma vigência limitada a 50 anos. O Tratado caducou em 23 de Julho de 2002”.

C:\Documents and Settings\Ricardo de M. Mores\Desktop\4 sem 2010\NIC\União Européia\Tratado de Paris CECA 1951.mht

Os objetivos desse tratado eram a expansão econômica, a proteção mútua de suas economias, o desenvolvimento do emprego e melhoria do nível de vida, melhoria do nível de vida dos trabalhadores e de políticas de isenção tarifária entre os signatários.

O tratado instituía regras gerais para sua organização e atividades, mas o que se destaca já de início é a organização de um Tribunal de Justiça e de um outro tribunal para relações da CECA com a comunidade Europeia.

A composição desse tratado do CECA, instituiu uma Alta Autoridade, uma espécie de órgão executivo colegiado(supranacional), um Conselho de ministros, uma Assembléia, com poder de controle, e um Tribunal de Justiça e já tinha personalidade jurídica. Vê-se aí desde já um embrião de tripartição dos poderes, com um olhar visionário e com vistas à formação de algo muito maior no futuro.

Havia um misto de pensamento empresarial com sentimento de estatalidade, pois tudo foi muito bem pensado; troca de informações, ajuda mútua, investimentos, empréstimos, metas produtivas, livre concorrência, mobilidade de mão-de-obra e uma política comercial em relação a países terceiros.

Com tudo isso o CECA teve balanços positivos, assegurando desenvolvimento equilibrado da produção e distribuição dos recursos. Houve aumento na produção (quatro vezes maior em relação a década de 50, até 2002) e houve melhoria na qualidade do aço, assim como um grande desenvolvimento social.

O Tratado caducou conforme o previsto, mas a idéia de união não morreu, evoluindo ao tratado de Constituição da União Europeia.

3.3 TRATADO DE ROMA – CEE / EURATOM – 1957

Neste tratado, firmado em 1957, os mesmos países do CECA, firmaram um tratado para desenvolvimento de outras atividades, dentre as quais a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM), segundo passo na concretização de uma supranacionalidade. Antes disso em 1954, houve uma tentativa da instituição de uma Comunidade Europeia de Defesa, a qual fracassou.

A grande novidade desses tratados é a mudança de paradigma da ordem mundial como a mudança da natureza integradora dos países membros, onde há uma transferência de soberania de cada Estado-membro para uma nova organização, a Comunidade. Aqui está a ideia de que a simples união comercial não é suficiente para garantir a paz e o desenvolvimento harmonioso dos povos europeus. Há que se ter mais que isso, há que se ter a ideia de um todo indiviso, um bloco edificado nas semelhanças e diferenças próprias de cada povo, mas com a união pela identidade no que for semelhante. Dá pra se pensar em algo como o império romano do ocidente, porém sem as características de dominação e sim com características de cooperação e identificação, através dos sentimentos de solidariedade e sustentabilidade, bem como de liberdade e igualdade. Enfim, almeja-se a paz duradoura, a mesma Pax Romana pretendida pelos romanos, porém mais madura e desenvolvida.

Queriam esses povos, subjugados, humilhados, destruídos pelos horrores da segunda guerra mundial, imbuídos pelo instinto da sobrevivência e pela necessidade e união para se desenvolver. Agora com muito mais experiência e

sobriedade e porque não dizer, até mesmo uma certa frieza, compartilhar suas derrotas pessoais e experimentar uma nova proposta de união sem unificação.

Mas essa visão não é compartilhada por todos. A Inglaterra, considerada o primo rico da Europa, mantém-se fora desse circuito, e outros países vêm com desconfiança tal empreendimento, até que paulatinamente, vão aderindo às idéias da comunidade. Isso vem a acontecer na década de 60, quando países como Portugal, Inglaterra, Austria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça criam a EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre, onde vão estreitando os laços com a CEE até em 1985, ingressarem definitivamente na comunidade europeia.

3.4 O ATO ÚNICO EUROPEU – 1986

Tanto deram certo os tratados internacionais dos membros da comunidade europeia que os integrantes resolveram em 1983, aprimorar o que denominava-se de Comunidade Econômica Europeia, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e Euratom em União Europeia, através da Declaração Solene de Stuttgart.

Com fulcro nas ideias dos princípios expostos de direitos fundamentais de Primeira, Segunda e Terceira dimensão, os integrantes agora dessa “União”, resolvem, determinar, conscientizando-se e convencendo-se de que a ideia europeia, os resultados obtidos nos domínios de integração e cooperação política e a necessidade de novos desenvolvimentos correspondem aos desejos de democracia eleitos pelo sufrágio universal para concretizar os ditames abordado

nas Carta da Nações Unidas, qual seja o desenvolvimento, a harmonia e o respeito ao ser humano com vistas à paz mundial e à sustentabilidade do planeta.

Para atingir esses objetivos deve-se erigir um novo pilar, o terceiro pilar de sustentação da UE. É o que será visto a seguir.

3.5 POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA PESC 1992

A política de segurança da União Europeia, surgiu após o término da segunda guerra mundial com a premissa de que arranjos econômicos entre os Estados da Europa Ocidental seriam mais fáceis de serem logrados do que arranjos políticos e militares. O objetivo sempre foi político e militar e até hoje não logrou o êxito desejado, pois até a atualidade não se conseguiu realizar o verdadeiro intento, um exército com características supranacionais, devido à complexidade desse assunto.

Em uma primeira fase a segurança dos países europeus ficaram a cargo dos EUA, através de um tratado, surgindo a figura da OTAN, que vem a ser o principal órgão garantidor da segurança externa dos países europeus, mas que tem a finalidade puramente econômica.

Secundariamente a Europa temia o perigo alemão e em 1947 surge então o Tratado de Dunquerque, visando alianças de cooperação mútua entre os países europeus e posteriormente é realizado o Tratado de Bruxelas, com um compromisso de defesa mútua.

A nível de continente europeu surge em 1949 o Conselho da Europa, que visa a dar proteção local aos países envolvidos.

Além do perigo alemão, surge também no pós-guerra o perigo do Comunismo com o avanço das potências soviéticas sobre o continente europeu. A França então propõe a realização de uma armada europeia para conter o avanço alemão, surge então a CED, que é a Comunidade Europeia de Defesa, porém essa idéia não obteve sucesso.

A partir de 1961 após a realização de vários tratados e o surgimento de novas ideologias, até se chegar ao entendimento já na década de 70 de um sentimento de união europeia sem tantos melindres, chegando-se a um consenso e estabelecendo-se então a CPE, que vem a ser um Conselho Permanente Europeu, surgido da incerteza do apoio irrestrito da OTAN e dos EUA quanto à segurança do continente europeu.

Na década entre 70 e 80 houve uma estagnação dessas idéias e sómente após os movimentos de invasão de países do Islã é que houve uma certa preocupação em reforçar a segurança do continente. Houve então a realização do Ato Único Europeu que incorporou a esfera de política externa, com uma certa prudência no tocante à segurança, mas que desenvolveu a idéia de uma união cada vez mais estreita entre os países membros e a mudança de paradigma com a inserção da Alemanha como país membro e os países do pacto de varsóvia, onde outrora foram a principal preocupação dos países europeus quanto aos aspectos de segurança.

A década de 90 foi um palco de novas transformações mundiais e houve nova reestruturação do mapa geográfico e político mundial com os movimentos

extremistas e terroristas emergentes na Ásia e no continente Africano, com o envolvimento da Europa nesses conflitos.

“Os objetivos principais da PESC são: salvaguardar os valores comuns e interesses fundamentais da União; reforçar a segurança da União; preservar a paz e fortalecer a segurança internacional; promover a cooperação internacional; e desenvolver e reforçar a democracia e o Estado de direito, incluindo o respeito pelos direitos humanos”(A Política Externa e de Segurança Comum e a Política Europeia de Segurança e Defesa- 1992, retirado do site (.).

Percebe-se um desejo mútuo de não apenas resolver as dificuldades inerentes aos novos desafios locais, regionais e internacionais, como também a vontade de se apresentar ao mundo com um novo conceito de coletividade.

Há uma facilitação para a atuação de forças de segurança de um país em outro país, objetivando o restabelecimento da ordem, da manutenção do estado de direito e da garantia dos direitos fundamentais do cidadão de cada país.

O objetivo maior da PESC/PESD é a de manter os princípios básicos da UE, que são: O provimento do valor agregado; assegurar a interoperabilidade; a garantia da visibilidade; assegurar um processo autônomo de tomada de decisão.

No entanto a PESC ainda suscita acirrados debates sobre segurança e ainda não se tem uma segurança plena, mas uma idéia tênue a ser aprimorada ao longo do tempo.

3.6 TRATADO DE MAASTRICHT – 1992

Com a modernização da economia (globalização), com o desaparecimento do bloco do leste europeu, com o conceito da sustentabilidade, defesa do meio ambiente, com o avanço do terrorismo internacional, o direito internacional passou por desafios no tocante às relações internacionais. Temas como criminalidade, tráfico de drogas e o avanço da comunicação a tempo real, faz-se necessidade de uma nova dimensão política.

Os três pilares de sustentação da UE, são:

- Primeiro, das comunidades europeias, CECA, CEE, EURATOM, tratado de fusão, Ato Único europeu, tratado de Maastricht, e tratado de amsterdam;
- Segundo, PESC, Política Externa e de Segurança Comum;
- Terceiro, CJAI, Cooperação de Justiça e Assuntos Internos.

Maastricht tem como objetivo o mesmo que os demais tratados, com a diferença que há uma atualização, modernização dos conceitos até então tratados anteriormente, com vistas à crescente demanda de normatização jurídica e legislação protetiva contra a pirataria, tráfico de drogas, crimes de internet, terrorismo, entre outros fatores inerentes ao desenvolvimento tecnológico e comportamental do ser humano moderno.

O Tratado com base nos tratados anteriores desenvolve-se em dois pilares: o Pilar Comunitário, com normas como diretivas, recomendações, pareceres, decisões e regulamentos, e o Pilar intergovernamental, que como o nome já diz, opera-se a partir do consentimento de cada Estado-membro, com a

adoção de posições comuns, ações comuns, estratégias comuns e convenções comuns, sem afetar a soberania de cada país.

Há uma mudança importante na sigla da comunidade; passa de CEE para CE (comunidade europeia), há um alargamento na intervenção dos domínios da saúde, educação, cultura e proteção dos consumidores, e há também reforço nas políticas estruturais da comunidade. Institui-se a cidadania europeia pela primeira vez, tenta-se novamente estabelecer uma política de segurança interna e procura-se aprimorar a questão do judiciário. Cria-se em 1999 uma moeda única o Euro, e estabelece-se o Banco Central Europeu.

Anteriormente a este tratado os assuntos eram tratados pela comunidade e assegurados por um Parlamento, um Conselho, uma Comissão e um Tribunal de Justiça. Atualmente, um Parlamento, um Conselho, uma Comissão, um Tribunal de Justiça e um Tribunal de Contas. Há uma evolução nas políticas como de asilo, imigração, polícia europeia, cooperação judiciária, terrorismo, tráfico de drogas, entre outras políticas.

3.7 CARTA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPÉIA – 2000

O nome já diz, União. Uma união de interesses comuns, sejam econômicos, sejam na segurança, sejam na cultura e em todas as manifestações em que haja interesse mútuo.

O objetivo futuro, estreitamento progressivo do relacionamento entre povos, paz futura e identidade cultural. A paz só é duradoura se todos tiverem a

oportunidade de ganhar, se todos tiverem as mesmas oportunidades, se todos tiverem segurança, se todos tiverem dignidade, hoje e no futuro.

Os princípios norteadores da UE são:

- **Dignidade** (Dignidade do ser humano, Direito à vida, Direito à integridade do ser humano, Proibição da tortura e dos tratos ou penas desumanos ou degradantes, Proibição da escravidão e do trabalho forçado);

- **Liberdades** (Direito à liberdade e à segurança, Respeito pela vida privada e familiar, Protecção de dados pessoais, Direito de contrair casamento e de constituir família, Liberdade de pensamento, de consciência e de religião, Liberdade de expressão e de informação, Liberdade de reunião e de associação, Liberdade das artes e das ciências, Direito à educação, Liberdade profissional e direito de trabalhar, Liberdade de empresa, Direito de propriedade, Direito de asilo, Protecção em caso de afastamento, expulsão ou extradição);

- **Igualdade** (Igualdade perante a lei, Não discriminação, Diversidade cultural, religiosa e lingüística, Igualdade entre homens e mulheres, Direitos das crianças, Direitos das pessoas idosas, Integração das pessoas com deficiência);

- **Solidariedade** (Direito à informação e à consulta dos trabalhadores na empresa, Direito de negociação e de ação colectiva, Direito de acesso aos serviços de emprego, Protecção em caso de despedimento sem justa causa, Condições de trabalho justas e equitativas, Proibição do trabalho infantil e

protecção dos jovens no trabalho, Vida familiar e vida profissional, Segurança social e assistência social, Protecção da saúde, Acesso a serviços de interesse económico geral, Protecção do ambiente, Defesa dos consumidores);

- **Cidadania** (Direito de eleger e de ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu, Direito de eleger e de ser eleito nas eleições municipais, Direito a uma boa administração, Direito de acesso aos documentos, Provedor de Justiça, Direito de petição, Liberdade de circulação e de permanência, Protecção diplomática e consular);

- **Justiça** (Direito à ação e a um tribunal imparcial, Presunção de inocência e direitos de defesa, Princípios da legalidade e da proporcionalidade dos delitos e das penas, Direito a não ser julgado ou punido penalmente mais do que uma vez pelo mesmo delito).

Um rol bastante extenso que objetiva contemplar a grande maioria das relações atuais entre os povos envolvidos, no meu entender um rol taxativo.

Além disso a referida carta mostra as disposições gerais norteadoras da UE que são:

- Âmbito de aplicação – princípio da subsidiariedade;
- Âmbito dos direitos garantidos;
- Nível de protecção;
- Proibição do abuso de direito.

Assim sendo a UE, definiu as diretrizes básicas para a estruturação de normas supranacionais, respeitando a particularidade de cada país integrante da União, mas resguardando-se de ideologias totalitárias que desrespeitem os direitos humanos de primeira, segunda e terceira dimensões. Isso há bem pouco tempo, pois essa carta foi elaborada em sete de dezembro de 2000, então fazem dez anos, o que para a história é apenas um lapso de tempo.

3.8 TRATADO DE LISBOA – 2007

Este tratado visa a substituir os antigos tratados que instituíram a UE e também o Tratado da União Europeia, visando completar o processo de evolução da comunidade europeia. O mundo não para! E a Europa não pode estagnar-se, pois a globalização, os novos desafios, as novas tecnologias, os novos questionamentos, suscitam inovações e soluções rápidas para sanar as dificuldades contemporâneas.

Premente a questão da sustentabilidade, dos questionamentos éticos, da evolução do Direito, a UE procura criar mecanismos que facilitem esse processo de decisão, para não perder a competitividade e nem ficar exposta aos crescentes problemas de segurança nacional e internacional.

Vários protocolos formam o contexto desse tratado, reforçando conceitos já consagrados e inserindo novos conceitos para uma melhoria contínua do processo integrativo. Reforça conceitos universais de direitos humanos fundamentais, define princípios de boa convivência, princípios democráticos e inova permitindo a

possibilidade de comércio bilateral entre países vizinhos estimulando as afinidades entre os mesmos. Estabelece o conceito de cidadão da União superveniente à cidadania do seu país. Define regras para a segurança interna dos países-membros com respeito as decisões individuais. Prevê a facilitação para revisões ordinárias sem necessidade de convocação de assembleias.

Ou seja, define todos os procedimentos para a facilitação dos negócios entre os Estados, com facilidades alfandegárias, econômicas, políticas, e sócio-culturais com o intuito de estimular as trocas entre os seus membros. Dessa forma a UE dá um passo grandioso em direção à pós-modernidade e ao fortalecimento de um sentimento de União cooperativa e pacífica com vistas à sustentabilidade.

4 A EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA

A idéia de uma América unida não é necessariamente uma idéia nova. A idéia utópica de uma América forte e uma, começou desde cedo através do pensamento das próprias colônias norte-americanas, com grandes pensadores e grandes líderes revolucionários, o ideal da liberdade, simbolizados pela águia, foi uma grande inspiração para os povos do lado de baixo do Equador. O domínio Espanhol repleto de cenas de violência e despotismo despertou na maioria dos povos sul americanos o desejo de libertação e nesse sentido Bolivar com um pensamento visionário, em sua Carta da Jamaica em 1815 escreve:

“Es una idea grandiosa pretender formar de todo el mundo nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que

tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión, debería por consiguiente tener un solo gobierno que confederase los diferentes Estados que hayan de formarse; mas no es posible porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes, dividen a la América. ¡Qué bello sería que el Istmo de Panamá fuese para nosotros lo que el de Corinto para los griegos! Ojalá que algún día tengamos la fortuna de instalar allí un augusto congreso de los representantes de las repúblicas, reinos e imperios, a tratar de discutir sobre los altos intereses de la paz y de la guerra con las naciones de las otras tres partes del mundo. Esta especie de corporación podrá tener lugar en alguna época dichosa de nuestra regeneración; otra esperanza es infundada; semejante a la del abate St. Pierre que concibió al laudable delirio de reunir un congreso europeo para decidir de la suerte de los intereses de aquellas naciones”. **SIMON BOLIVAR, 1815.**

No entanto a realidade americana mostra-se diferente, muitas tentativas foram feitas e muito pouco se conseguiu de concreto, até mesmo porque a democracia nos países sul-americanos é incipiente ainda hoje, há aqui ainda arroubos de pensamentos totalitaristas e é nítido a falta de líderes pensantes de alto nível, ficando as populações desses países conhecidas no restante do mundo pelo seu baixo grau de desenvolvimento cultural e econômico, os conhecidos países do terceiro mundo, com raríssimas e honrosas exceções.

A origem dessas integrações, diferentemente do que ocorreu na Europa, teve início até um pouco antes que os movimentos europeus, nos idos de 40, mas a motivação é bem diferente, puramente econômica, visando a proteção dos mercados incipientes dos países membros da política industrial agressiva dos EUA, com suas políticas de reserva de mercado e pela supervalorização dos seus produtos industrializados contra os produtos agrícolas e manufaturados de baixa

tecnologia, causando um grande déficit na balança comercial dos países sul-americanos.

Desta forma estes países resolveram agrupar-se visando proteção econômica, tentando fortalecer suas economias internas e almejando fomentar novos mercados entre os associados. Temos então um objetivo primordialmente econômico e não de necessidade de segurança contra invasão de países belicosos, conforme o que aconteceu na Europa.

Vários tratados foram sendo desenvolvidos ao longo desses cinquenta e dois anos de tentativa de integração, que serão mostrados a seguir.

4.1 CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA 1948

O primeiro passo para a integração da Américas foi realizado em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em Santiago no Chile.

Visa promover o desenvolvimento social e sustentável da América latina, com o objetivo de industrializar os países membros através de cooperação financeira.

Todos os países da América latina são membros do CEPAL e ainda há a participação de alguns países da América do Norte e até mesmo Europa.

O grande objetivo da CEPAL é promover o desenvolvimento sustentado dos países, através de políticas de desenvolvimento econômico e também do desenvolvimento político, através do fomento do pluralismo político e democracia

com objetivos da preservação dos direitos humanos fundamentais, além da capacitação de suas populações para promover a competitividade para a inserção no mercado globalizado mundial.

4.2 TRATADO DE MONTEVIDÉU – ALALC 1960

Este tratado internacional foi celebrado no Uruguai, mais especificamente na cidade de Montevidéo e estabelecia uma zona de livre comércio onde os países participante formaram uma Associação denominada Asociacion Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC).

Nasceu com um programa para doze anos de existência, com eliminação de restrição gradual de gravames tarifários visando o incremento do comércio entre países da zona comercial.

O contrato também prevê medidas para favorecer países com menor índice de desenvolvimento, sendo o único capítulo destinado a uma política de equalização social dentro do grupo. Visando proteger esses países de um colapso econômico que de certa forma afetaria a saúde financeira dos demais países.

Para a organização, fiscalização e normatização dessa associação foram criados dois órgãos o Comitê e a Conferência, que serão eleitos por determinado período.

Na parte jurídica a ALALC goza de plena personalidade jurídica com capacidade para contratar, dirimir, adquirir e até julgar. Seus representantes gozam de privilégios diplomáticos para solucionar as questões relativas à associação. Para essa parte jurídica o tratado dispõe apenas dois artigos.

Trata também o acordo de disposições gerais do moralidade pública e condições gerais de tratamento igualitário.

O tratado se contradiz quando diz que há um prazo de validade nos seus artigos iniciais e na parte final diz que o tratado terá duração ilimitado em seu art. 63.

No entanto o referido tratado suscitava de uma evolução no tocante ao ordenamento jurídico para dar continuidade ao processo de integração, conforme será demonstrado a seguir.

4.3 ALADI – ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO 1980

Tanto a ALALC como a ALADI coincide no mesmo objetivo que é o de fomentar a circulação e o comércio de bens e produtos entre os países membros. O que realmente foi realizado foi uma revisão e aprimoramento das decisões e acordos entre membros conforme será visto a seguir.

A ALADI foi formada por cinco princípios básicos : o **pluralismo, a convergência, a flexibilidade, os tratamentos diferenciais e a multiplicidade,**

aqui já aparece um grande e profundo diferencial em termos de conceito do tratado atual.

Algumas mudanças foram efetivadas como por exemplo a transformação de uma zona livre de comércio em uma “área de preferências econômicas integrada por um conjunto de mecanismos que abrange uma preferência tarifária regional, acordos de alcance regional e acordos de alcance parcial. Esses instrumentos oferecem múltiplas opções operacionais aos países-membros, cuja convergência permitirá avançar para etapas superiores de integração econômica”.

No tocante aos países de menor potencial econômico a ALADI promoveu maior proteção efetiva a esses países.

A ALADI têm em seus artigos uma constituição mais aberta inclusive aceitando a participação até de países NÃO MEMBROS em ações parciais além de outras participações no desenvolvimento dos países. Isto já mostra uma evolução em relação a ALALC.

Com estes objetivos mais pragmáticos de abertura e reconhecimento da individualidade de cada país, o ALADI abre portas para uma nova etapa da integração latinoamericana como a transformação de uma zona econômica para uma possível formação de um mercado comum latinoamericano.

4.4 INTEGRAÇÃO BRASIL ARGENTINA – DECLARAÇÃO DE IGUAÇU 1985

Nesse acordo binacional de integração surge a idéia embrião do mercosul dando uma repaginada no conceito nacional-desenvolvimentismo e na transformação de uma área de livre comércio em uma união aduaneira.

Essa integração propiciou condições para constituição do MERCOSUL, sendo um marco regional que visava resolver a questão de aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Paraná que banhava o Brasil e o Paraguai, além do estreitamento dos laços no tocante à energia nuclear e segurança fronteiriça.

Objetivava a aproximação entre Brasil e Argentina para a revitalização para promover a cooperação, integração e ampliação dos mercados internos. Na verdade o que estes países fizeram foi copiar a política desenvolvimentista dos países europeus e tentar aplicar essas políticas aqui com várias experiências nesse sentido.

Surge então o pensamento de não somente uma integração econômica, mas integração política e cultural. Há nesse momento também a reestruturação política desses países com o fortalecimento de estruturas democráticas que vieram dar estabilidade aos processos de confiabilidade política.

Esse tratado baseava-se nos princípios da **graduabilidade, flexibilidade, equilíbrio e simetria** e previa uma integração paulatina e realista. Mas a grande barreira quebrada foi a mudança de pensamento de desconfiança mútua, para um pensamento de confiança mútua, havendo aí uma grande quebra de paradigma, deixamos de ser rivais e passamos a ser sócios. Ambos os países buscavam o

desenvolvimentismo de suas economias cada qual com seus objetivos específicos, mas com alguns objetivos comuns.

Os principais objetivos desse tratado são: criação de condições futuras para a criação de um mercado comum; incremento do poder político e capacidade negociadora; auto suficiência sub-regional; cooperação científico-tecnológica.

Essa foi a base da formação do MERCOSUL.

4.5 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ECONÔMICA 1988

É um tratado a nível internacional mas realizado entre Brasil e Argentina especificamente. Esse programa é composto por vários protocolos que visam sobre diversos assuntos tais como: acordos de Bens de Capital, Expansão de Comércio, Empresas Binacionais, Siderurgia, Transporte Terrestre, Cultura, Indústria Alimentícia e sobre Região Fronteiriça.

Há aqui uma inovação em relação aos outros acordos como as questões fronteiriças e a questão cultural como o acordo para produção cinematográfica entre os países membros, além de formação de Estatutos para empresas binacionais.

4.6 TRATADO DE ASSUNÇÃO + TRATADO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA - 1991

A formação do Mercosul não é um ato pontual, mas vem a ser um desenvolver de sucessivos acordos internacionais que vinham ora tendo algum sucesso, ora sendo acordos falidos, desta forma em 1986 iniciaram-se os embriões de um mercado comum da América do Sul, envolvendo três países integrantes, Argentina, Brasil e Uruguai criados pela Ata da Alvorada que vem a ser uma estruturação dos tratados bilaterais já existentes, revisados e ampliados transformando estes em tratados multilaterais, formando uma associação tríplice e que posteriormente foi incorporado o Paraguai como Estado membro. O objetivo principal do Mercosul é o de expansão econômica, e aqui pode-se dizer meramente econômico.

Com o Mercosul foram criados alguns órgão de transição como um Conselho, um Grupo e um Comissão Parlamentar, formados por representantes dos governos dos Estados-membros que tem um poder limitado com relação à decisões o que torna necessária a unanimidade para cancelar os acordos, dificultando sobremaneira o evoluir da expansão desejada.

Analisando os artigos do Tratado, não se pode deduzir qualquer intenção dos Estados membros em se tornarem uma instituição independente, dotada de capacidade jurídica internacional, nem ao menos lhe dá qualquer capacidade jurídica negocial e nem independência interna e externa, como o são os órgãos providos de supranacionalidade., sendo conhecidos então como uma simples associação de Estados que visam obter vantagens aduaneiras entre eles, com fulcro na proteção dos mercados internos contra a reserva de mercado dos EUA e dos demais blocos causados pela globalização.

No entanto a prática tem-se mostrado bastante diferente do pretendido no Tratado, visto que a falta do sentimento de unificação e de uma autoridade supranacional, dificulta sobremaneira a solução de conflitos, pois não há uma autoridade superior e nem um tribunal designado para resolver tais conflitos e portanto as decisões tem de ser negociadas pela diplomacia entre Estados membros o que torna demasiadamente burocrático todo esse processo e inviabiliza muitas das vezes o comércio mais aberto entre os países.

Esse pensamento está muito longe do pensamento de Bolívar, de uma integração dos povos, econômica, cultural, política, enfim, com um sentimento de união entre os povos, um sentimento supranacional o conceito de cidadão do mundo.

4.7 PROTOCOLO DE OURO PRETO 1994

Esse protocolo faz alterações na formação dos órgãos diretivos e consultivos do MERCOSUL, criando os seguintes órgãos: Conselho do Mercado Comum; Grupo do Mercado Comum; Comissão de Comércio do Mercosul; Comissão Parlamentar Conjunta; Foro Consultivo Econômico e Social e Secretaria Administrativa do Mercosul.

Dá ainda o poder de cada um desses órgãos criar sub-órgãos necessários à boa administração do mercado comum. Além disso define a atividade de cada um desses órgãos Define que o MERCOSUL tem personalidade jurídica de direito

internacional e que a tomada de decisões se fará pelo consenso de todos os países membros. A solução de controvérsias é feita através dos diversos protocolos pelo consenso também, não havendo um Tribunal de Justiça como nos moldes europeus.

5 COMPARAÇÕES PONTUAIS ENTRE A UNIÃO EUROPÉIA E O MERCOSUL

Tudo para ter um início deve surgir ou de uma necessidade ou de um pensamento. Conforme diz Carlos Wizard Martins, “Everything starts with a desire”(MARTINS, 2008).

A distinção entre o que ocorre no Mercado do Sul e o que ocorre no modelo Europeu começa por aí, pela sua origem. Enquanto na Europa a motivação para a formação de um bloco comercial originou-se da necessidade da União, devido ao medo de novas invasões e também devido a falência da economia europeia assolada por duas grandes guerras. Houve então motivação militar e econômica, enquanto no continente americano o interesse é simplesmente econômico e não militar pois no continente latino não há um histórico de invasões importante.

Nem tampouco havia uma forte ideologia política para o desenvolvimento da América, e a forte diversidade cultural, e uma visão de desenvolvimento interno sempre dificultaram a idéia de uma integração mais efetiva. Na Europa esse sentimento de União dos povos é sentido até mesmo pelos diversas correntes de pensadores tais como o pensamento de Karl Marx em 1858 “O livre desenvolvimento

de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”. Nota-se por esse pensamento uma grande necessidade de liberdade individual, sentimento esse que não acontece na América do Sul, pois cada país desse continente nunca se ressentiu de uma liberdade de idéias e sim necessitava de em primeiro plano de melhor desenvolvimento econômico.

Outro fator importante para a diferenciação entre os blocos é a suscetibilidade para a flexibilização da Soberania inter-blocos e intra-blocos, sendo que na UE, admite-se a idéia dessa flexibilização, não sendo tão importante assim esse sentimento de nacionalismo exacerbado, pensamento muito diferente do pensamento do bloco do Mercosul, onde nesse bloco o sentimento de nacionalismo é muito mais fortalecido.

Por isso mesmo é que na União Européia hoje há muito forte esse sentimento e até já uma convivência com o conceito novo de Supranacionalidade, onde cada país membro faz concessões na sua Soberania individual em detrimento de uma Soberania transnacional, sendo que a idéia de Comunidade Internacional é superior à idéia do conceito de nacionalidade. No entanto no Mercosul essa idéia é rejeitada, sendo que essa Supranacionalidade só existe em casos pontuais, se existir.

A grande dificuldade para a evolução de um sentimento de União mais profundo nos países americanos é percebido por fatores históricos, gerando sempre divergências internas que sempre impediram um estreitamento das relações internas, ora por vaidade, ora por questões relativas à diferenças políticas e até mesmo ao fato de não haver respeito aos tratados realizados, havendo muitas das vezes acordos bilaterais que enfraqueciam os tratados plurilaterais. Na UE, da

mesma forma houveram tratados, mas estes tratados tiveram mais sucesso, até chegar ao ponto de surgir um sentimento mais profundo de União.

Um grande fator para a evolução do Mercosul foi justamente a necessidade de redemocratização do Brasil, tanto quanto da Argentina, fator que aproximou ambos países, devido à necessidade de fortalecer a democracia intra-bloco, nessa fase houve a superação de conflitos internos, transformando rivais antigos em parceiro de negócios.

A desproporcionalidade financeira entre os países do Mercosul também é um fator limitador importante para freiar a evolução da integração intra-bloco, pois o Brasil é sozinho responsável por 2/3 de toda movimentação financeira e populacional em todo o Mercosul, dessa forma em relação à UE o montante de negociações é muito insignificante, pois na Europa o comércio é feito entre países desenvolvidos e na América a relação é entre países em desenvolvimento, isso altera totalmente o panorama e a perspectiva desses mercados.

Nos mercados europeus devido à questão da Supranacionalidade e também da formação de órgãos independentes (na UE – Comissão Europeia, Corte de Justiça e Conselho de Ministros) há um orçamento próprio com destinação de verbas para esses órgãos com independência supranacional, o que não há na formação do Mercosul (apenas a Secretaria Administrativa tem uma supranacionalidade de representação, sem orçamento próprio). Então na América do Sul os órgãos são dependentes do orçamento de cada país e isso nem sempre é equitativo.

Carece também o Mercosul de representatividade jurídica e política internacional, devido a sua baixa influência no mercado mundial, o que vem mudando atualmente devido a uma boa participação do Brasil no mercado universal, enquanto a UE, possui um orçamento trilionário e uma moeda única muito forte, aqui não temos moeda única e a moeda de cada país tem valores muito díspares.

Quanto aos direitos Humanos internacionais na Europa já existe uma fruição de direitos muito avançados, pois os de primeira e segunda geração já estão totalmente implementados, fala-se em direitos de terceira e até quarta geração ou dimensão, enquanto nos países sulamericanos há países ainda que buscam os de primeira e segunda geração e isso faz muita diferença, pois como pode-se pensar em um sentimento superior se ainda não se tem o básico.

A UE conseguiu criar até uma cidadania supranacional, superior à cidadania de cada país, sendo que o cidadão da União Européia tem prerrogativas de ser cidadão em qualquer um dos Estados membros, com a possibilidade de interagir em todos os aspectos dessa cidadania, seja econômico, seja político, seja cultural, seja educacional de uma forma bem aprofundada. Já no Mercosul essa evolução é ainda incipiente, ficando essas prerrogativas limitadas a algumas pequenas iniciativas de troca de informações de tecnologia e alguns movimentos culturais incipientes.

No entanto entende-se que o futuro projetado por Bolivar, tende a se realizar num futuro um pouco distante ainda, visto que o Mercosul engatinha, mas não está definindo, somente com o desenvolvimento da democracia intra-bloco é que surgirão oportunidades para um desenvolvimento seja econômico, seja cultural, seja tecnológico e até mesmo um sentimento transnacional.

6 CONCLUSÃO

Em uma primeira análise, a grande diferença sobre o mercado das comunidades europeias e o mercado da América latina, se dá pelo fator histórico que influenciou sobremaneira a formação dessas entidades. No caso europeu a necessidade de “União” para a proteção de fronteiras e até mesmo de Soberania é que foi o fator preponderante para a formação desse “Bloco”; em uma segunda análise, em consequência da destruição que a maioria dos países componentes da UE países sofreram, tendo impactos econômicos terríveis, sendo praticamente aniquilados em toda sua estrutura produtiva. Dessa forma compreende-se que somente através da união de esforços, com medidas de ajuda mútua e quebra de paradigmas sobre questões de soberania.

Em um segundo plano o sucesso dessa política econômica de protecionismo local, transcendeu fronteiras e agregou novos países, praticamente abrangendo todo o continente europeu e até mesmo chamando a atenção de países de outros continentes, devido ao sucesso não somente econômico, mas político e cultural que ocorreu nessa associação.

Outro fator importantíssimo para a estabilidade de União Europeia é a de que formou-se de forma inovadora um sentimento e organização “Supranacional”, com o objetivo de limitar o poder de cada Estado e também facilitar a solução de conflitos internos com normatização pré-definida para acelerar e dar rapidez e eficiência aos mercados internos e internacionais, exigidos pela globalização.

Oriundo dessa supranacionalidade desenvolveu-se um novo conceito de cidadania, que é a cidadania supranacional também, em que o cidadão da comunidade europeia goza de prerrogativas além da cidadania nacional, abrindo um

leque de opções ao desenvolvimento dos direitos humanos fundamentais, políticos e culturais.

A formação de uma moeda única (Euro), foi um facilitador para a equalização de disparidades ocorridas nas diferentes economias dos países-membros, indo de encontro aos objetivos fundamentais da União Européia, qual seja a mitigação das diferenças econômicas e alfandegárias, facilitando a desburocratização dos comércios internos com vistas à globalização, formando uma moeda forte com reconhecimento internacional oriunda da união desses países. Nesse ponto essa associação é benéfica no sentido de que a UE tem orçamento próprio, cabendo a cada país-membro o seu quinhão na participação do orçamento de toda comunidade. Essa sistemática é muito importante para a proteção dos mercados internos visto que como há países com menores possibilidades que outros, há que se ter ações diferenciadas para ajuda a estes países carentes, evitando assim que se onere o orçamento interno dos demais associados em casos de crise como vêm ocorrendo em Irlanda e Grécia, onde a própria UE ajuda a economia desses países com dificuldades econômicas.

Mas a grande diferença em relação ao MERCOSUL, é a de que na formação da comunidade europeia, houve uma quebra de vaidades pessoais oriundas da “necessidade” de união de esforços, uma questão de sobrevivência tanto no campo econômico, no campo de segurança e também no campo político, para que a Europa de uma forma geral não venha a sofrer novamente os horrores de uma guerra devido a idéias totalitaristas. Essa é a grande barreira para a evolução do mercado sulamericano em uma comunidade supranacional. Copiamos e copiamos mal.

Mas nem tudo é perfeito na comunidade europeia, pois um dos grandes objetivos almejados pela UE não teve o sucesso desejado. A formação de uma Política de Segurança Supranacional, ou seja a formação de uma força militar para a intervenção em caso de uma invasão ou grave ameaça a essa comunidade. Muito se tem discutido e até se chegou a uma evolução desse conceito, mas a efetiva organização de um exército supranacional esbarra nas questões de soberania interna de cada país membro.

Há também um crescente desejo de se criar uma “Constituição Europeia”. Muito se conversa sobre isso, mas como todo assunto novo suscita questionamentos e divergências, mais uma vez a vaidade humana dificulta a quebra do poder regional em detrimento de um poder coletivo em direção a um pensamento utópico de igualdade, fraternidade e liberdade individual plena. No entanto o assunto está em voga. Há fortes indícios de que a Constituição Europeia deva sair do papel e aí mais uma vez o continente europeu inovará nas questões do Direito Internacional.

Há questionamentos sobre a formação de um bloco tão poderoso assim, o que vem a ser comparado a uma nova edição do Império Romano, suscitando questionamentos quanto ao perigo da formação de blocos tão poderosos assim, como controlar isso?

Analisando agora o Mercosul, vê-se que a idéia de uma união entre povos do nosso continente é muito antiga, no entanto a grande dificuldade para a evolução dessas idéias de integração mais profunda, esbarra na questão da vaidade pessoal dos governantes de cada país do Mercosul. No continente sulamericano ainda estamos evoluindo muito lentamente nas questões de Direitos Humanos de primeira

geração; cada país sofre com os desmandos de ditadores de segundo escalão em economias sofríveis.

Esses pensamentos individualistas dificultam um sentimento de unificação, porque esses governantes não pensam no conceito global e sim no individual. As economias desses países são insignificantes em relação ao conceito global, carecendo cada unidade dessa de desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural. Então a grande diferença entre esses países praticamente inviabiliza o tratamento isonômico entre eles. A América do Sul e Central na verdade carece de mentes brilhantes com ideais universalistas, com reconhecimento de além fronteiras, para dar direcionamento às políticas internas visando mitigar as diferenças regionais para posteriormente se pensar em formar um bloco mais eficaz, com integração não somente econômica, mas política, cultural e até mesmo jurídica no cenário internacional.

Outro grande fator impeditivo a uma evolução mais acelerada é a da grande disparidade econômica entre países do bloco. Veja o caso do Brasil, que infinitamente superior às economias dos demais, abocanhando cerca de setenta por cento de todo negócio realizado no Mercosul. Essa discrepância coloca o Brasil fazendo um comparativo didático, como um acionista majoritário em uma empresa de sociedade anônima. Isso é muito ruim, pois cria um sentimento de imperialismo econômico regional dificultando um tratamento de equidade, criando barreiras para políticas mais arrojadas.

Outro questionamento é que ao MERCOSUL, falta representatividade para reivindicar uma ampliação mais efetiva nas fatias do mercado disponíveis para o desenvolvimento intra-bloco.

Em face desses comparativos vê-se que o MERCOSUL ainda nem começa a engatinhar em relação ao reconhecimento obtido pela UNIÃO EUROPEIA. Mas creio que aos poucos, muito lentamente, a tendência é a de haver uma vetorização para a formação de um bloco supranacional no nosso continente, excluindo-se os países da América do Norte

Ademais, o que o cenário internacional mostra é que com a globalização cada vez mais vai existir menos espaço para mercados individuais e a formação de blocos com características específicas vai contribuir para o sucesso desses mercados. Além de que a pressão internacional no tocante ao desenvolvimento de Direito Humanos continuará a influir.

Um das preocupações que nosso continente não tem é a de sofrer invasões por parte de outros países o que por um lado é benéfico porque diminui o custo do investimento em aparatos bélicos caríssimos, mas por outro lado influi negativamente no sentimento da necessidade de proteção do além fronteiras internas.

Fazendo uma análise mais abrangente da história mundial entende-se que estamos vivendo uma fase de "individualismo", quando o capital impera sobre o sentimento altruísta. No entanto pressões demagógicas impulsionam os Estados a criarem dispositivos de assistencialismo, essa é a tendência, aumentar os custos de fomento a direitos de segunda geração com a crescente participação do Estado na sociologia.

No entanto esse custo altíssimo tende a ser deixado de lado a partir do momento em que a ideia de sustentabilidade coerente venha a substituir esse conceito de individualismo por um sentimento mais amplo o dos direitos difusos, mesmo que isso leve muito tempo, essa é a tendência, só não se sabe quando.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM E A POLÍTICA EUROPÉIA DE SEGURANÇA E DEFESA – PESC – 1992, retirada do site: (http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0210270_04_cap_03.pdf).

BOLIVAR, Simon – Carta de Jamaica- Venezuela, 1815 – retirado do site (http://pt.wikipedia.org/wiki/Carta_da_Jamaica)

DAÍ – DIVISÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL - programa de integração e cooperação econômica entre a república federativa do brasil E A REPÚBLICA ARGENTINA. Publicado no D.O nº 247, de 29 de dezembro de 1988.

JOCE, Jornal Oficial das Comunidades Européias, 2000, Carta dos Direitos Fundamentais da União Européia.

LEME, Alvaro Augusto Stumpf Paes, A Declaração de Iguazu (1985) – A Nova Cooperação Argentino-Brasileira, Porto Alegre, 2006. Retirado do site: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8444/000575916.pdf?sequence=1>.

MARTINS, Carlos Wizard, 100 Pensamentos, Motivação, Liderança e seu sucesso, Rio de Janeiro, Wizard, 2008.

MARX, Karl, Engels, Friedrich, *Manifeste du Parti Communiste* (1848). Apud. HERMET, Guy, BADIE, Bertrand, BIRNBAUM, Pierre, BRAUD, Philippe, *Dictionnaire de la science politique et des institutions politiques*, Armand Colin, Paris, 2000.

MEDEIROS , Marcelo de A.,Um exercício comparativo entre a União Européia e o Mercosul, Porto Alegre, 2002, Revista de Ciências Sociais – UFRS, retirado do site: http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/arquivo_1.pdf

O QUE SIGNIFICOU A SUBSTITUIÇÃO DA ALALC PELA ALADI, texto retirado do site, acesso em 01/12/2010: <http://www.aladi.org/nsfaladi/preguntasfrecuentes.nsf/009c98144e0151fb03256ebe005e795d/cf2ded02ef8e4a6c03256ed100613e5d?OpenDocument>,

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho - As relações possíveis entre constituição, democracia e direitos humanos no estado nacional e na comunidade internacional retirado do site (http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/marcos_augusto_maliska.pdf)

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho – Novo mundo e constituição global – Revista USCS, ano IX, n. 15 – 2008 – retirado da internet – site (http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/viewFile/859/714)

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho – O Puzzle Europeu de Direitos Humanos – retirado do site – (<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima3-Silvana-Bittencourt.pdf>)

PROTOCOLO DE OURO PRETO PROTOCOLO ADICIONAL AO TRATADO DE ASSUNÇÃO SOBRE A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL - Ouro

Preto - 1994 retirado do site: http://www2.uol.com.br/actasoft/actamercosul/ingles/protocolo_de_ouro_preto.ht

SAMTLEBEN, Júrgen e Calixto Salomão Filho – Contratos Internacionais/ coordenador João Grandino Rodas – 2. Ed. – São Paulo – RT, 1995, pags. 239 à 303.

SOUZA, Adriano Martins de e Luciana Aparecida Bastos – A evolução comercial intra-blocos dos países-membros do MERCOSUL- São Paulo – IV EPCT/USP- 2010 retirado da internet – site (http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_sociais/01_SOUZA_BAS_TOS.pdf)

TRATADO DE MONTEVIDÉO, 1960, Retirado do site do Poder legislativo da Republica Orientaldo Uruguai - <http://www.parlamento.gub.uy/htmlstat/pl/tratados/trat12859.htm>.

TRATADO DE LISBOA – 2009 –retirado do site : http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/index_pt.htm

TRATADO QUE INSTITUI A COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO (Tratado CECA)/ Tratado de Paris, 1951, retirado do site (C:\Documents and Settings\Ricardo de M. Mores\Desktop\4 sem 2010\NIC\União Européia\Tratado de Paris CECA 1951.mht).

